
Negras e amazônidas conectadas para além da internet¹

Flávia RIBEIRO²
Universidade Federal do Pará, Belém, PA

Resumo

Mulheres negras vêm elaborando estratégias para se demarcar como protagonistas de suas histórias. Nesse mesmo fluxo, a Amazônia também luta contra subalternização (LOUREIRO, 2019) e os estereótipos ante o imaginário social nacional. A partir desse contexto, a pesquisa analisa a Marcha Virtual das Mulheres Negras, que foi realizada em 25 de julho de 2020. O evento durou cerca de quatro horas e foi mobilizado, divulgado e realizado por meio das redes digitais, reunindo mulheres negras ativistas de oito estados da Amazônia Legal. A interseccionalidade (BILGE; COLLINS, 2021) é acionada ao longo de todo o percurso investigativo, incluindo na metodologia, ao lado da Escrivência (EVARISTO, 2020) que permite a nossa inserção na pesquisa, ativando a memória e as linguagens oral e escrita para contarmos uma história que não pode ser invisibilizada.

Palavras-chave: interseccionalidade; mulheres negras amazônidas; decolonialidade; escrivência; feminismo negro.

Os primeiros passos de uma marcha

O meu jovem ativismo começou a se desenvolver a partir de 2014, na preparação para a Marcha das Mulheres Negras – Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, que estava marcada para maio de 2015, mas acabou sendo realizada em 18 de novembro do mesmo ano, em Brasília. A experiência de estar em várias etapas mobilizadoras e em uma marcha me cativou e não saí mais da militância.

Foi nesse exercício de reflexão e de prática ativista que desenvolvi a pesquisa que deu origem à minha pesquisa de mestrado. O foco da análise é a Marcha Virtual das Mulheres Negras Amazônidas³, realizada em 25 de julho 2020, no canal do YouTube do grupo Mulheres Negras Amazônidas, reunindo mulheres negras do Pará, Amapá, Amazonas, Tocantins, Mato Grosso, Roraima, Maranhão e Acre. Ao todo, mais de 10 mulheres se manifestaram representando seus territórios.

O evento on-line durou cerca de quatro horas e foi mobilizado fortemente pela

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Ciências da Comunicação – PPGCOM-UFPA, email: superflaviactm@gmail.com.

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uInbE7Dgms&t=18s>

internet, em um momento em que não havia começado a vacinação. As redes digitais foram a principal via de mobilização, divulgação e de comunicação adotada pelas ativistas, que usaram perfis pessoais e institucionais no Facebook, Whatsapp, Instagram e Youtube para demarcar seus ativismos em uma data celebrada no calendário de ativismo: o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, Dia Nacional de Tereza de Benguela e Dia Nacional da Mulher Negra.

Ao longo deste artigo me inscrevo como pesquisadora (sujeito) e como participante da Marcha Virtual. Dessa maneira, adoto a Escrivência (EVARISTO, 2020) nos procedimentos metodológicos, o que implica o acionamento e a politização de memórias que não são só minhas, mas coletivas (GONZALEZ, 2018; hooks, 2019), para trazer alguns elementos necessários para a análise.

Para Evaristo (2020), Escrever é fenômeno diaspórico e universal que rompe com a imagem da mulher escravizada, que não tinha direito à própria voz, mas que agora domina a letra e a escrita. Além disso, ainda valoriza a tradição da oralidade característicos de nossos ancestrais. Como mulher negra amazônica, inscrevemo-nos na pesquisa em primeira pessoa, tanto no singular- o que é mais desafiador, quanto no plural, quando conclamo companhia das muitas mulheres que impulsionam a minha voz, escrita e linguagem. Juntas, estamos na busca por nos “inserir no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas, que o mundo desconsidera.” (EVARISTO, 2020, p. 35).

Apresentamos também interseccionalidade (BILGE; COLLINS, 2021) como ferramenta metodológica, que será a nossa lente para compreendermos como as interseccionalidades atravessam e são mobilizadas no ativismo digital das mulheres negras na Amazônia a partir da sua Marcha Virtual, que foi realizada no contexto pandêmico.

Outro fator relevante para a análise é que a Marcha Virtual das Mulheres Negras Amazônicas foi realizada a partir de região tem a menor taxa de domicílios com banda larga fixa do Brasil e a tem a segunda menor taxa de domicílios com utilização da internet, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2021), realizada pelo IBGE. O estudo ainda mostra que, entre pessoas de 10 anos ou mais de idade, a região Norte também é que menos acessou a internet por motivos de indisponibilidade do serviço (IBGE, 2021).

A Marcha Virtual é um exemplo das estratégias de comunicação e de ativismo adotadas pelas mulheres negras amazônicas para enfrentar o apagamento e invisibilidade

historicamente impostos a elas. Este texto, que também é parte da estratégia, é resultante da dissertação “Marcha virtual das mulheres negras amazônidas: dimensões interseccionais na comunicação ativista em tempos de pandemia”⁴.

Lentes interseccionais descortinando a falsa neutralidade da internet

Segundo Aníbal Quijano (2005), a ideia de raça e de identidade racial, como conhecemos, foi instaurada nas Américas como produto da invasão colonial e vem sendo usada como instrumento de classificação social básica da população até hoje. A raça foi uma criação adotada para justificar o racismo e, assim, explicar que um grupo fosse considerado como superior, ao passo que outro grupo fosse considerado como inferior. O colonizador se firma na ausência do colonizado, ou na presença de uma maneira subalternizada, estereotipada, minimizada (QUIJANO, 2005).

Dessa maneira, as histórias não contadas são as dos dominados, uma vez que seus traços fenotípicos, suas culturas, religiosidade e até mesmo a intelectualidade são consideradas hierarquicamente inferiores. É dentro desse âmbito que falamos das pessoas negras no Brasil.

O campo da Comunicação pode contribuir com o processo de colonial, estereotipando esses grupos, apagando suas experiências e deslegitimando suas narrativas. A nossa proposta, no entanto, é o contrário. Entendemos que os campos, científico e profissional da Comunicação, estão ligados e ambos, sem estereotipar e sem elencar hierarquias de conhecimentos e de vivências, podem contribuir para a formação de equidade, influenciar para a redução de desigualdades sociais e resgatar humanidades.

Trazendo a interseccionalidade para o campo de estudos da Comunicação poderemos esmiuçar como as relações de poder se moldam, para marcar a vida das mulheres negras amazônidas. Mesmo com as dificuldades de acesso à internet e contrariando as situações que se interpuseram a partir da pandemia, o grupo conseguiu mobilizar milhares de pessoas, por meio de estratégias de comunicação e de seus ativismos para realizar uma Marcha Virtual, em um momento pandêmico.

Carrera (2020) defende de que os ambientes midiáticos podem combater

⁴ Pesquisa defendida no dia 11 de agosto de 2023 e desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa) e do projeto de pesquisa “Comunicação, Democracia e Modos de (R)Existência de Mulheres na Amazônia (Ecoaras)”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

opressões. Ela defende que a interseccionalidade é um conceito que emerge a partir das experiências das mulheres negras, visando sempre um horizonte com aplicação do *ethos* da justiça social. A comunicação midiática está estruturada interseccionalmente, por isso alguns grupos são privilegiados em detrimento de outros. É por essa mesma razão que a interseccionalidade também pode fazer parte de uma nova proposta de comunicação midiática, em que possamos não só questionar essa estrutura, mas desarticulá-la trazendo novos sujeitos e narrativas.

Sob lentes interseccionais, apontamos a internet nesta pesquisa como um espaço de disputa de narrativas, onde nós, mulheres negras, temos conseguido falar e ecoar nossos pensamentos, mas que não é um espaço neutro, nem mesmo democrático, logo é marcado também por opressões. Ainda assim, foi nesse espaço que muitas mulheres negras conseguiram compreender como fomos e somos afetadas pelo racismo e suas articulações com gênero, classe, território, sexualidade, idade etc.

Mesmo que exista a ideia de que a internet e as redes digitais sejam mais acessíveis do que as mídias tradicionais, revestido de neutralidade, esses lugares, na verdade, também são marcados pelas intersecções entre raça, classe, gênero, território, idade e outras. Essas intersecções regem opressões e se manifestam tanto do lado dos usuários, quanto do lado de quem pensa e desenvolve esse espaço e suas ferramentas. Além disso, a internet e suas ferramentas, como redes digitais, blogs, sites, dentre outros, reproduzem relações coloniais/modernas/capitalistas, nas quais grandes empresas, ditam quem pode acessar, de que forma, as informações disponíveis e a maneira como são apresentadas.

Quando mulheres negras ocupam a internet para falar de suas vivências ou de qualquer assunto (e até mesmo quando ficamos caladas), também enfrentamos mais um espaço em que não podemos escolher contra qual opressão iremos enfrentar por vez.

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (DAVIS, 2011, [s.p.]).

Angela Davis (2011) confirma que a interseccionalidade nos ensina que não temos o privilégio de enfrentar opressões de maneira separada ou hierarquizada e que

precisamos analisar como elas se articulam para marcar algumas existências, como as nossas. Por isso, ratificamos que a internet é uma expressão da sociedade, logo, é território de opressões. Mas, onde há opressão, também há resistência.

Pandemia: o mundo não parou e o racismo correu livre

A Marcha Virtual das Mulheres Negras Amazônicas foi realizada no ambiente digital, mas no primeiro ano da pandemia nem todos os movimentos sociais escolheram esse espaço para fazer manifestações e atos públicos.

Foi no primeiro ano de pandemia que milhares de pessoas protestaram em diversas partes do mundo contra o assassinato do estadunidense George Floyd, 46 anos de idade, ocorrido em 25 de maio de 2020. Uma semana antes, no Rio de Janeiro, o adolescente João Pedro, 13 anos de idade, foi assassinado em casa, em uma operação policial. Em junho do mesmo ano, houve a morte do menino Miguel, filho de Mirtes Renata, empregada doméstica à época. Ele foi deixado pela patroa da mãe no elevador de um prédio em Pernambuco, saiu no 9º andar e caiu. Miguel, tinha apenas cinco anos de idade. Em comum entre essas mortes, ocorridas em lugares distantes um do outro, está o fato de que as vítimas eram pessoas negras.

A pandemia não criou, mas acirrou as desigualdades históricas. Uma das medidas mais seguras para evitar a circulação do vírus era ficar em casa. Mas empregadas domésticas, como Mirtes Renata, não foram dispensadas dos seus trabalhos, por isso, ela estava passeando com os cachorros da família que a empregava, não pode deixar o filho em sua casa, o levou para o trabalho e a tragédia aconteceu quando Miguel estava sob responsabilidade da patroa. O adolescente João Pedro, no entanto, estava seguindo a recomendação das autoridades sanitárias: estava em casa. Mesmo assim, foi assassinado. George Floyd repetiu várias vezes que não estava conseguindo respirar, mas sua dor não comoveu o policial branco que o asfixiava.

Em um momento de grande crise mundial, com uma emergência sanitária que afetou os mais diversos aspectos de todos e ainda assim ser negro representou correr mais risco de morrer.

Em rede, contra opressões visíveis e invisíveis

Podemos dizer que foi desafiador promover uma Marcha Virtual a partir de uma região com problemas para acessar serviços e por um grupo vulnerabilizado. Antes de as

ativistas aparecem na tela para falar de suas pautas, uma série de dificuldades se colocou a frente delas.

Em “Sociedade em Rede” (1999), Manuel Castells também reflete do ambiente que reproduz a hegemonia da vida *off-line*. O autor suscita que mesmo sendo um espaço mais amplo, o ambiente digital também pode ser espaço de exclusão. “A desigualdade em acesso à internet é um dos paradoxos mais impressionantes da era da informação, em razão da característica supostamente independente do espaço da tecnologia” (CASTELLS, 1999, p. 434). No mesmo sentido, Luís Martino (2014) também cita aspectos negativos do ambiente.

As mídias digitais permitiriam inúmeras formas de relacionamentos humanos, mas é possível questionar até que ponto essa interferência não foi negativa: a expansão do número de usuários não tem precedentes, mas a "barreira digital" entre conectados e desconectados continua; a "exclusão digital" é um problema de origens e consequências econômicas, políticas e sociais, embora formas de integração das mais variadas procurem diminuir esse impacto. (MARTINO, 2014, p. 10).

As reflexões sobre espaço de exclusão debatidas por Martino (2014) e Castells (2002) se conectam com os dados já apresentados do IBGE (2021) que mostram a região Norte como a que menos tem disponibilidade do serviço de internet. As vidas *on-line* e *off line* não estão desconectadas, já ambas reproduzem a mesma lógica da colonialidade. Isto implica afirmar que a internet, além de espaço de opressões e também de exclusão, já que nem todos os grupos podem usufruir do espaço, por diversas razões, como a indisponibilidade de acesso, por exemplo.

Acrescentando a essa discussão, precisamos falar ainda das invisibilidades aos conteúdos produzidos pelas ativistas negras da Amazônia, de apropriações tecnológicas, apesar das dificuldades, e em como as infraestruturas interferem para que conteúdos, de qualquer tipo, desde denúncias a fotos de paisagem, sejam ou não vistos no ambiente digital.

Portanto, discorrer sobre as estruturas históricas e de comunicação digital na Amazônia possivelmente ajude na compreensão de como esses modelos coloniais impactam no acesso e nos usos desses recursos por parte das populações dos territórios de dentro da região, bem como na visibilidade de suas ações políticas, educacionais e também de comunicação. Todas essas estruturas integram os dispositivos coloniais, que estabelecem intensas disputas por narrativas (AZEVEDO, BARROS E SILVA, 2023, p. 166)

Azevedo, Barros e Silva (2023) argumentam que a colonialidade influencia para que a infraestrutura não alcance a região Norte no mesmo padrão das outras regiões. Isso não é algo aleatório ou falta de sorte da região. A raça também é um fator preponderante.

A região amazônica sem sendo considerada como a periferia do Brasil e isso se reflete em vários aspectos, não só na questão de infraestrutura.

Entretanto, chamo a atenção para o pano de fundo que animará o debate sobre desenvolvimento regional: a constituição demográfica daquelas regiões consideradas desiguais – Norte e Nordeste. Por não terem conseguido embranquecer, essas regiões concentram maioria negra e indígena – raças inferiores. Se, por um lado, são portadoras de elementos culturais que passam a integrar o acervo da cultura nacional (leia-se acervo artístico cultural, na condição de folclore), por outro, carecem de tutela do Estado por não serem capazes de se constituírem protagonistas de sua própria História. Eis o viés racista que serviu e serve de pano de fundo para que se pense, até hoje, o desenvolvimento da Amazônia. (DEUS, 2019, p. 70).

Conforme explica Zélia Amador de Deus (2019), por ser considerada como região subdesenvolvida, a Amazônia precisaria ser tutelada uma vez que seus habitantes são também considerados como inferiores.

Cabe destacar que essa “condição de inferioridade” é histórica. A professora Neide Gondim (2007) afirma que a Amazônia não foi descoberta e nem mesmo construída, mas sim inventada por meio de peregrinos, missionários e comerciantes europeus.

Os relatos desses viajantes davam conta da natureza mítica, dos nativos indolentes, infantilizados e primitivos, assim como das mulheres com demasiada libido. Ao mesmo tempo que descreve os nativos como inferiores, o colonizador firma a distância se colocando não só como superior, mas também como padrão de humanidade.

Mesmo após séculos, desde a passagem dos primeiros viajantes, muito dessa Amazônia inventada pelos europeus ainda persiste no imaginário nacional. A região foi subalternizada e vista como imenso vazio demográfico sem intelectualidade legítima.

A Amazônia começava a ser o Outro inferior para quem a conhecia e para os que sabiam dela. Daí porque dos conquistadores dos séculos passados aos governantes, políticos e planejadores dos dias atuais, a história da Amazônia registra o enorme, penoso e permanente esforço para modificar a realidade original da região e o que dela ainda perdurar – índios, florestas, modos de vida. Trata-se de uma tentativa de domesticar o homem e a natureza da região, moldando-os à visão e à expectativa de exploração e lucro de estrangeiros e brasileiros no passado e no presente. (LOUREIRO, 2019, p. 198).

A Amazônia tem sido a parte inferiorizada, esquecida, minimizada, animalizada e até infantilizada na historiografia. Mas, como característica da colonialidade, para essa situação também temos o racismo como pano de fundo para que essa situação se consolidasse desde os tempos dos exploradores europeus até hoje.

Suscitando o lugar crítico ocupado por mulheres negras, como o “outro do outro” (RIBEIRO, 2015), que estão na margem da sociedade, que vem sendo silenciadas e apagadas. Ao mesmo tempo, a região amazônica tem sido a periferia e margem do Brasil, que vem sendo silenciada, apagada e estereotipada. Neste âmbito, ser mulher negra amazônida é vivenciar um cruzo de opressões. Para além de raça, gênero, classe, o território também traz uma experiência coletiva específica desse grupo.

Mas como espaço de abertura radical (hooks, 2019), a margem ocupada pelas mulheres negras amazônidas proporciona a nós uma compreensão de mundo peculiar e que produzamos conhecimentos, estratégias e ferramentas para romper estruturas de poder que se impõem sobre nós.

Desse lugar, na margem, que nos cabe, queremos propor o corpo da mulher negra amazônida como uma construção coletiva que também objetiva romper estruturas de silenciamento impostas a elas. Zélia Amador de Deus (2011) argumenta que o corpo e a cultura foram importantes no processo de construção de identidades de africanos.

O que pretendo dizer, aqui, é que o corpo do africano e o corpo de seus descendentes, para o bem ou para o mal, sempre vêm à cena, se põem e se expõem, transformam-se em texto no discurso que enuncia e anuncia. Em suma, um corpo que fala. Em outras palavras, é este corpo que, estigmatizado pelo racismo, será a marca da discriminação, exposto aos castigos e aos trabalhos forçados e a toda forma de exploração. Por outro lado, este mesmo corpo virá a ser instrumento de afirmação de identidades, no embate com os opressores num processo de tomada de consciência e, também, é este mesmo corpo que poderá ser objeto de repulsa, num processo de autonegação. (DEUS, 2011, p.2).

A professora Zélia Amador de Deus (2011) apresenta o corpo negro como marca identitária na diáspora africana. Essa proposição nos convida a fazer uma analogia com o corpo da mulher negra como símbolo de luta e resistência contra o apagamento, a estigmatização e a estereotipação. Por isso, reforçamos que as marchas fazem parte dessa tentativa de colocar seus corpos como forma de expressar a identidade que nos é negada por sermos mulheres, por sermos negras e por sermos amazônidas. É quando a margem ocupa o centro!

Carregando a interseccionalidade como práxis e metodologia, mulheres negras amazônidas têm se articulado e mobilizado para evidenciar suas pautas, visibilizar seus corpos, amplificar suas vozes, além de referenciar sua intelectualidade. Atos como falar, escrever, usar diversas ferramentas de linguagem, compartilhar agendas e até trocar afeto fazem parte do rompimento dessas estruturas.

Ou seja, são várias as barreiras para que as mulheres negras amazônidas ocupem espaço na internet. Elas já enfrentam barreiras físicas por estarem na região que registra a maior indisponibilidade da internet no país; por serem mulheres negras, logo fazem parte do grupo que em sua maioria não dispõe de recursos para adquirir dispositivos para acessar o serviço. Há ainda as barreiras invisíveis, pois os códigos que envolvem as tecnologias também são feitos por humanos.

A historiadora brasileira Beatriz Nascimento aponta o racismo como algo que influencia para que certas histórias sejam evidenciadas ao mesmo tempo em que relegam outras ao não visível. “A história do Brasil... eu gostaria de dizer aqui uma frase do José Honório Rodrigues, que já se tornou, assim, quase uma afirmação geral: a história do Brasil foi escrita por mãos brancas” (NASCIMENTO, 2021, p. 8). A autora estava resumindo o apagamento do negro na diáspora, não apenas do seu corpo, mas da sua importância, das suas subjetividades e contribuições. São mãos brancas também que estão desenvolvendo tecnologias impregnadas com as suas impressões sobre o mundo.

O pesquisador Tarcízio Silva (2020) usa o termo racismo algorítmico para explicar como as tecnologias repetem as ideologias que hierarquizam grupos de pessoas. Os sistemas algorítmicos podem ser observados em plataformas digitais, redes digitais, aplicativos e inteligência artificial, por exemplo, excluem, estereotipam e também trazem desinformação a respeito de minorias sociais.

Um exemplo disso foi descrito no livro “Algoritmos da Opressão: Como os mecanismos de busca reforçam o racismo” (2021), de Safiya Umoja Noble. A autora mostra que os resultados das pesquisas no Google não são neutros. Pode-se até pensar que as pesquisas trazem como resultados os mais relevantes, só que não é isso o que acontece.

Noble (2021) fala que no ano de 2010 estava procurando por conteúdos que fossem interessantes para a enteada e sobrinhas, quando usou as palavras chave “meninas negras” (*black girls*) no Google. Ela ficou surpresa quando os primeiros resultados apresentaram a direcionavam para sites com conteúdo pornográfico.

As implicações de tamanha marginalização são profundas. Os entendimentos sobre vieses sexistas e racistas que trago aqui são importantes porque organizações que lidam com informação, de bibliotecas, escolas e universidades a agências governamentais, são cada vez mais dependentes de, ou estão sendo preteridas por, uma variedade de “ferramentas” da web como se não houvesse consequências políticas, sociais e econômicas resultantes disso. Nós precisamos imaginar novas possibilidades nas áreas de acesso à informação e geração de conhecimento, particularmente conforme manchetes sobre “algoritmos racistas” continuam a surgir na mídia, recebendo discussões e análises que não vão além do superficial. (NOBLE, 2021, p.17)

Historicamente as mulheres negras vêm sendo representadas de maneira negativa, estereotipada e hipersexualizada. Foi assim, antes da internet e está sendo agora, quando as nossas vidas estão imersas nesse espaço. As novas tecnologias reproduzem essas informações, em novos formatos, mas reforçando essas imagens. Os algoritmos se tornaram mais um instrumento de perpetuação de opressões de um lado, mas de privilégios, por outro lado.

Uma confirmação de como os buscadores ainda perpetuam esses discursos contra mulheres negras é que em maio de 2023, refiz a busca que Noble narra no livro. Usei dois buscadores: *Google*, usado por Noble, e o *Bing*, que faz parte da *Microsoft*, empresa do sistema operacional que uso no computador. Usei as palavras-chave: meninas negras e *black girls*, no *Google* e no *Bing*, e obtive resultados diferentes.

Usando “meninas negras” em ambos os buscadores, os resultados direcionam o usuário para livros, matérias sobre filmes, podemos dizer que os resultados representam imagens positivas sobre ser menina negra. No entanto, quando usei “*black girls*”, o *Google* direcionou para imagens e banco de imagens, o *Bing* também fez isso, mas o 4º resultado direciona o usuário para conteúdo pornográfico. Por que o algoritmo usado por esse buscador relaciona “*black girls*”, que significa “meninas negras” (tradução livre) com conteúdo pornográfico?

Nas redes digitais, os algoritmos influenciam diretamente na entrega dos conteúdos. Quando o usuário acessa o seu perfil, tudo o que mostrado e o que ficou de fora passa pelo algoritmo. As sugestões de vídeos e de anúncios específicas para cada perfil de usuário também passa.

Como a Amazônia é uma região marcadamente negra e indígena, que ainda é vista no imaginário nacional como um vazio demográfico, que é vista como subdesenvolvida. Dessa maneira, nós nos questionamos se os sistemas algorítmicos também foram racializados para, na realidade brasileira, privilegiar as narrativas de determinados grupos

produzidos a partir de determinadas regiões, ao mesmo tempo que age para apagar as narrativas contra hegemônicas surgidas a partir deste território?

A pesquisa #QuemCodaBr, publicada em 2019, mostra que brancos representam 58,3% dos profissionais de tecnologia, e os negros, 36,9%. Outra informação relevante é que os homens 68% dos profissionais de tecnologia, mulheres são 31,5%, e pessoas intersexo, 0,3%. O estudo ainda mostra que mais de 50% dos produtores de tecnologia estão nos estados do Sudeste, sendo São Paulo, o maior percentual do país, com 26%. Já os estados do Norte estão na outra ponta da pesquisa, com os menores índices. Alguns sequer aparecem e os que estão lá, somados, não alcançam 1 ponto percentual. Talvez, esses dados respondam o questionamento parágrafo acima.

Redes digitais amplificando vozes e opressões

Ainda assim, as militantes da Amazônia escolheram canais digitais para manter o ativismo durante a pandemia. Considerando o risco de adoecer por Covid-19, a internet era o lugar mais seguro para uma marcha de mulheres negras, uma vez que havia um grande número de pessoas no grupo de risco, como hipertensas, idosas e com outras comorbidades.

Bilge e Collins (2021) pontuam que os ambientes digitais passaram a desempenhar um papel relevante na mediação de questões de interesse público e possibilitou a criação de novos espaços de engajamento. Elas analisaram três âmbitos da interseccionalidade na mídia digital: “1) interseccionalidade e públicos feministas online; 2) interseccionalidade e violência digital; 3) movimentos sociais em rede digital, sobretudo os que trabalham com justiça social e ativismo descolonial” (BILGE; COLLINS, 2021. p. 147).

No caso das ativistas negras da região amazônica, os âmbitos destacados acima estão bem marcados. Nas redes sociais, nós mobilizamos o nosso público para a marcha, e o evento em si também foi realizado nesse mesmo ambiente. Por meio da marcha, em um ano de pandemia, nós conseguimos falar das pautas que atravessavam nossas vidas e promovemos ações como a arrecadação de alimentos que seriam distribuídos em diversos territórios, então há o trabalho de justiça social, bem como o ativismo descolonial.

A capacidade de conexões em difusão de informações das redes digitais era sem dúvida uma das grandes vantagens. A possibilidade de interações nas redes digitais, como reagir, curtir, comentar, compartilhar, salvar, faz com que conteúdos em formatos

diversos (textos, fotos, áudios e vídeos) sejam amplificados e alcancem um grande número de pessoas.

No entanto, é necessário pontuarmos que o aumento da visibilidade de conteúdos nas redes digitais também traz aspectos negativos, que recaem pesadamente sobre as mulheres negras. O estudo de Luís Valério Trindade (2022), em sua tese de doutoramento, revelou que as mulheres negras em ascensão social, na faixa etária de 20 a 35 anos, representam 81% das vítimas de discursos de cunho racista nas redes. Ele analisou o conteúdo de 109 páginas públicas do *Facebook* e 224 artigos, entre 2012 e 2016.

As redes digitais passaram a permitir a circulação de discurso de ódio que atinge majoritariamente grupos racializados e vulnerabilizados.

Primeiramente, entendo ser pertinente explicar, logo de início, que discurso de ódio se caracteriza pelas manifestações de pensamentos, valores e ideologias que visam inferiorizar, desacreditar e humilhar uma pessoa ou um grupo social, em função de características como gênero, orientação sexual, filiação religiosa, raça, lugar de origem ou classe. Tais discursos podem ser manifestados verbalmente ou por escrito, como tem sido cada vez mais frequente nas plataformas de redes sociais. Sendo assim, é possível compreender que discursos de cunho racistas veiculados nas redes sociais (sejam eles de forma explícita e sem maquiagens, ou camuflados em piadas) se enquadram na categoria de discursos de ódio. (TRINDADE, 2022, p. 17).

Se por um lado as mulheres negras encontraram nas redes digitais um espaço onde conseguiam falar e publicar sem a necessidade das mídias tradicionais, onde não encontravam espaço. Por outro lado, a presença delas e a inclusão de novas narrativas também provocou reações negativas. Apesar de o contexto pandêmico exigir que se evitasse aglomerações, estar na internet nunca foi um espaço seguro para mulheres negras, as maiores vítimas do discurso de ódio.

Bilge e Collins (2021) alertam que, se as tecnologias digitais impulsionam movimentos sociais progressistas, mas esses meios também são um estímulo para que movimentos populistas de extrema direita cooptem pessoas, por meio de plataformas digitais e visões racistas, sexistas e homofóbicas, pois esses movimentos têm mais dinheiro e estrutura.

Ainda assim, a atuação de mulheres, como a das ativistas negras da Amazônia é fundamental também no digital não só pela promoção, mas também pela construção de agenda e de solidariedade interseccionais.

Análises interseccionais de raça, indigeneidade/colonialidade, gênero, classe e sexualidade são destaque no ativismo digital por justiça social. Graças às redes digitais, políticas de base, organização comunitária e movimentos sociais mais amplos, as comunidades historicamente privadas de direitos usam a interseccionalidade de maneira inovadora e significativa. (BILGE; COLLINS, 2021, p. 157).

É importante pontuar também as características do ponto de vista feminista negro suscitados na Marcha Virtual, como a busca pela promoção do empoderamento das mulheres negras e de grupos oprimidos e a luta pela justiça social, como pontua Patricia Hill Collins (2019).

Para a escolha das representantes dos estados, não se levou em consideração formação acadêmica, apenas a atuação em movimentos e a disponibilidade para falar. Isso marca outra característica do feminismo negro que é de valorizar a sabedoria das ativistas não acadêmicas. “Desenvolver o pensamento feminista negro como teoria social crítica implica incluir tanto as ideias de mulheres negras que não eram consideradas intelectuais- muitas das quais da classe trabalhadora, empregadas fora da academia- quanto as ideias que emanam dos ambientes de conhecimento mais formais e legitimados.” (COLLINS, 2019, p. 55).

Outro ponto de reivindicação é a celebração da identidade e do corpo das mulheres negras da região. Às mulheres negras são impostas opressões históricas e específicas. Os cabelos crespos, trançados ou com dreadlocks, turbantes, os lábios grossos, nariz chato, a pele escura, as características fenotípicas são traços fundamentais para pessoas negras no Brasil, pois estão relacionados com desigualdades históricas.

Entre as dimensões interseccionais acionadas estão as barreiras para o uso da internet, das redes digitais e as implicações da presença das mulheres negras amazônidas, como o discurso de ódio e o “boicote” dos algoritmos aos seus conteúdos, assim como a ampliação de novas narrativas, a partir do que estamos produzindo das redes digitais. A presença das mulheres negras fora dos estereótipos incomoda um sistema que nos ver apenas em espaços subalternizados e isso demonstra que estamos no caminho certo e em marcha!

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AZEVEDO, Luís Gustavo de Souza; BARROS, Thiane de Nazaré Monteiro Neves e SILVA, Geisa Santos da. Infraestruturas de conexão e os ciberativismos de mulheres negras na Amazônia. In: BARBOSA, B.; TRESCA, L.; LAUSCHNER, T. (org.). **TIC, Governança da Internet, Gênero, Raça e Diversidade - Tendências e Desafios**. São Paulo. CCGI BR. 2023. Disponível em: <https://cgi.br/media/docs/publicacoes/1/20230427163434/3-coletanea-artigostic-governanca-genero-raca-diversidade.pdf>. Acesso em 15 maio. 2023.

CASTELLS, Manuel **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019. 480p.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas** [on-line], v. 10 n. 1, p. 171-188, 2002.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: Buarque de Holanda, Heloisa (Org). **Pensamento Feminista Hoje**: Perspectivas Decolonial. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DEUS, Zélia Amador de. Ananse tecendo teias na diáspora: uma narrativa de resistência e luta das herdeiras e dos herdeiros de Ananse. Belém: Secult/PA, 2019.

DEUS, Zélia Amador de. O corpo negro como marca identitária na diáspora africana. In: CONLAB - Congresso Luso Afro-brasileiro de Ciências Sociais, XI, 2011. Anais... Disponível em https://fenomenologiadadasolidariedade.files.wordpress.com/2013/11/1308245884_arquivo_corpocomomarcaidentitariaartigoersaofinal-zelia.pdf. Acesso em: 11 mar. 2020.

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). Escrivivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 48-54.

GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. 2.ed. Manaus: Valer, 2007.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. São Paulo: UCPA, 2018.

HOOKS, bell. **Anseios**: raça, gênero e políticas culturais. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Elefante, 2019

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf.

Acesso em: 24 jan. 2022.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: da dependência a uma nova situação colonial. In: Edna Castro (Org.). **Pensamento crítico latino-americano: reflexões sobre políticas e fronteiras**. São Paulo: Annablume, 2019, p. 197-224.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Organizador Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NOBLE, Safyia Umoja. **Algoritmos da Opressão: como o Google fomenta e lucra com o racismo**. Tradução Felipe Damorim. Santo André: Rua do Sabão, 2021. (E-book).

PRETALAB; THOUGHTWORKS. **#QuemCodaBR**. 2019. Disponível em: https://assets-global.website-files.com/5b05e2e1bfcfaa4f92e2ac3a/5d671881e1161a6d2b8eb78b_Pesquisa%20QuemCodaBR.pdf. Acesso em: acesso em 8 set. 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 03 dez. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SILVA, Tarcízio. Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código. In: SILVA, Tarcízio (org.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos**. São Paulo: Literarua, 2020. p. 127-146.

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais**. São Paulo. Jandaíra, 2022.